

PROJETO DE LEI Nº 13, de 26 de janeiro de 2009

Autoriza doação de imóvel nas condições que menciona e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação do imóvel descrito no artigo 2º desta Lei ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAÚNA E ITATIAIUÇU, CNPJ nº 16.814.196/0001-98, sediado na Rua Antônio de Matos, nº 284, Centro, para fins de construção de sua sede própria.

Art. 2º. O imóvel objeto da doação de que trata esta Lei constitui-se do lote de terreno urbano com área de 185,74 m² (cento e oitenta e cinco metros e setenta e quatro decímetros quadrados), cadastrado no patrimônio municipal como Lote 10, Quadra 43-A, Zona 06, localizado na Av. São João, Bairro das Graças, com as seguintes características, medidas e confrontações: área urbana, delimitada por um polígono irregular com 18,30 metros de frente para a referida avenida; 6,10 metros pela lateral direita confrontando com confluência da Rua Padre Marcos Heleno e Av. São João; 13,70 metros pela lateral esquerda confrontando com o lote 09-A e, 20,15 metros pelos fundos confrontando com a Rua Padre Marcos Heleno, imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 44.114, Livro 2-HC, fls. 114.

Art. 3º. Para os fins desta Lei, a doação vinculará o donatário ao atendimento das seguintes condições:

- I. dedicar-se às atividades descritas em seu estatuto social;
- II. iniciar a edificação de sua sede no imóvel no prazo de 2 (dois) anos, a contar da outorga da escritura de doação.
- III. evitar quaisquer causas de poluição, atendendo a todas as normas de proteção ambiental;
- IV. elaborar projeto de construção civil e submetê-lo à Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente;
- V. elaborar projeto de segurança e implantá-lo com a prévia aprovação do Corpo de Bombeiros local;
- VI. não interromper suas atividades por período superior a 06 (seis) meses nos próximos 05 (cinco) anos, salvo por motivo justificado, não podendo, entretanto, ultrapassar a 12 (doze) meses de inatividade.

Parágrafo único. O não atendimento a quaisquer das condições e prazos previstos nos incisos do artigo 3º desta Lei implicará a reversão do imóvel ao Município.

Art. 4º Decorridos 5 (cinco) anos da data da escritura de doação e atendidas as condições previstas no artigo 3º desta Lei, torna-se sem efeito a cláusula de reversão do imóvel.

Art. 5º Caberá ao donatário a responsabilidade pelas despesas com emolumentos cartoriais relativos à outorga de escrituras.

Art. 6º Considerados o interesse público e a conveniência sócio-econômica para a municipalidade, avaliados objetivamente através de estudos, projetos e política de desenvolvimento do Município, poderá o Executivo, com as condições expressas nesta Lei, proceder à outorga de escrituras de doação independentemente de licitação.

Parágrafo único. Na escritura de doação deverá constar cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no inciso VI, da Lei nº 3.498/99, com as alterações da Lei nº 4.342/08.

Art. 7º Para formalizar o ato de transmissão do domínio e baixa no cadastro e no balanço patrimonial do Município, o imóvel foi avaliado por comissão composta por três membros, ao preço de R\$ 8.997,25 (oito mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos).

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 26 de janeiro de 2009

EUGÊNIO PINTO
Prefeito Municipal

ADRIANO MACHADO DINIZ
Secretário Municipal de Administração

OSMAR DE ANDRADE
Procurador Geral do Município

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 13/2009

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

O projeto de lei em tela visa à doação de imóvel ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaúna para propiciar-lhe a construção de sua sede própria.

A referida entidade sindical foi fundada em 10 de outubro de 1971 e reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, por intermédio da Carta Sindical nº 326.240/71 de 24 de janeiro de 1972.

Em 20 de agosto de 1973 foi declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1096; em 1974 firmou convênio com o extinto FUNRURAL, ocasião em que recebeu um ambulatório completo para prestação de serviços médico e dentário, bem como intermediou convênio entre o Hospital Manoel Gonçalves e o FUNRURAL, para assistência ao trabalhador rural e a seus dependentes.

Atualmente, o Sindicato continua prestando assistência médica e dentária em convênio com o SUS, contando com os trabalhos profissionais de dois médicos para adultos, um pediatra e dois odontólogos, com registro de aproximadamente mil atendimentos por mês.

Além da área de saúde, o Sindicato destaca-se, também, nas searas trabalhista e seguridade social, com processos de aposentadoria por idade, auxílio doença, salário natalidade e pensão por morte, cujas ações tem facilitado a vida do trabalhador rural, que considera o Sindicato uma extensão de sua casa.

Durante sua longa existência com relevantes serviços prestados a seus associados, o donatário empenhou-se em conseguir um local para construção de sua sede própria, sem lograr êxito, pois seus poucos recursos financeiros impediram-no de realizar o tão almejado e necessário projeto. Assim, funcionando em instalações próprias, a entidade poderá garantir a continuidade de relevantes ações desenvolvidas em sua base territorial – Itaúna / Itatiaçu, voltadas ao estudo, coordenação, proteção, representação e defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria profissional (trabalhadores rurais), dentre outras.

Ante as justificativas supra, esperamos seja aprovado o presente projeto de lei, oportunidade em que apresentamos a V. Exas. protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Eugênio Pinto
Prefeito Municipal

Itaúna, 26 de janeiro de 2009

Ofício nº 036/2008 - Gabinete do Prefeito
Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 13/2009

Senhor Presidente,

*Encaminhamos a V. Exa. o Projeto de Lei nº 13/2009, que “**Autoriza doação de imóvel nas condições que menciona e dá outras providências**” para análise, deliberação e aprovação dessa Egrégia Casa.*

Na oportunidade, reiteramos-lhe nossos protestos de apreço e distinta consideração.

EUGÊNIO PINTO
Prefeito Municipal

EXMO. SR.
ANTÔNIO DE MIRANDA SILVA
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA
NESTA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação, Vereador Gleison Fernandes de Faria, nomeia o Vereador Silvano Gomes Pinheiro para atuar como relator na apreciação do Projeto de Lei nº **13/2009**, de autoria do **Prefeito Municipal**, que “autoriza a doação de imóvel ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAÚNA E ITATIAIUÇU nas condições que menciona e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009.

Gleison Fernandes de Faria

Presidente

RELATÓRIO

Tendo esta Comissão, recebido na data de **04 de fevereiro de 2009**, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do Projeto de Lei nº **13/2009**, de **26 de janeiro de 2009**, que “autoriza a doação de imóvel nas condições que menciona e dá outras providências”, de autoria do Executivo Municipal, verifico que, após a juntada de documentos às fls. 56 a 61 do processo, contendo resposta do Chefe do Poder Executivo, através do ofício nº 068/2009 - Gabinete do Prefeito, referente solicitações desta Comissão acerca de dúvidas suscitadas durante a apreciação da matéria, conforme se detecta no ofício nº 043/2009 - CMI, de autoria do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Antônio de Miranda Silva, e tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, entendo que, após pronto envio da documentação solicitada, o Projeto de Lei está devidamente instruído e encontra-se respaldado na legislação vigente.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2009.

Silvano Gomes Pinheiro

Relator

Acompanham o voto do Relator os demais membros da Comissão:

Gleison Fernandes de Faria
Presidente

Lucimar Nunes Nogueira
Membro

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Édio Gonçalves Pinto, nomeia o Vereador Delmo Gonçalves Barbosa para atuar como relator na apreciação do **Projeto de Lei nº 13/2009, de autoria do Senhor Prefeito Municipal de Itaúna, que autoriza a doação de imóvel ao SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAÚNA E ITATIAIUÇU, nas condições que menciona e dá outras providências**”

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2009

Édio Gonçalves Pinto
Presidente

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em epígrafe, encontra-se em conformidade com a legislação, no que tange à matéria orçamentária, estando apto a ser apreciado pelo egrégio Plenário do Legislativo Itaunense.

Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2009

Delmo Gonçalves Barbosa
Relator

Acompanham o Voto do Relator os demais membros da Comissão de Finanças e Orçamento:

Édio Gonçalves Pinto
Membro/Presidente

Gleison Fernandes de Faria
Membro